

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 18.11.2019

A construção de “um centro e de uma plataforma” tem sido, nos últimos anos, o objectivo principal da política do Governo para o desenvolvimento da diversificação proporcionada da nossa economia. Assim, a Comissão de desenvolvimento de talentos tem desenvolvido estudos sobre a necessidade de quadros qualificados para os diversos sectores, nomeadamente do jogo, hotelaria, convenções e exposições, finanças, etc. Porém, como Macau é uma terra pequena e a sua economia é pouco diversificada, faltam talentos em diversas actividades económicas. Em Maio passado, foi divulgado um relatório sobre o “Estudo das políticas de quadros qualificados de Macau - comparação horizontal das políticas de quadros qualificados da Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, no qual se aponta que a política de “entradas” é conservadora, que foram poucos os profissionais que regressaram a Macau e que a formação de talentos locais ainda precisava de tempo. Pudemos então ficar a saber que os quadros qualificados são um problema para o futuro desenvolvimento de Macau.

As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía propõem a criação de uma cidade académica e de captação de talentos. Considero que o Governo deve seguir esta orientação, assumindo uma atitude progressista e de abertura na importação de talentos. Macau tem boas condições, mas devido à falta de apoio político, verifica-se uma insuficiência de talentos locais para o desenvolvimento da indústria financeira com características próprias, indústrias culturais e criativas, medicina tradicional chinesa, e tecnologia informática. A abertura deve ser maior, para atrair talentos de diversas áreas. Proponho que se aprenda com as regiões vizinhas e se crie um regime transparente de avaliação e pontuação, tendo como parâmetros as habilitações académicas, a experiência, a qualificação profissional, o nível técnico, a capacidade linguística, e as distinções e experiência em profissões que beneficiem a diversificação económica. Há que definir uma quota anual, apreciar individualmente as candidaturas, e divulgar a situação à sociedade.

Mais, Macau pode recorrer aos mecanismos de intercâmbio de talentos para reforçar a interacção científica e tecnológica na Grande Baía, através de planos de curto prazo, com duração entre 6 meses e um ano, para permitir que os jovens locais tomem parte em estudos científicos e estágios em instituições do Interior da China, elevando rapidamente as suas capacidades aprendendo com os outros. Com a concretização gradual do conceito de “ligações entre as várias cidades da Grande Baía em apenas uma hora”, a mobilidade de talentos na Grande Baía será mais conveniente e rápida. Tomar parte no desenvolvimento da Grande Baía é uma oportunidade rara que o Governo da RAEM deve agarrar, criando activamente uma reserva de talentos para construir uma base sólida favorável à diversificação adequada da economia e à futura transformação científica e tecnológica, para que o futuro de Macau seja ainda mais brilhante.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 18.11.2019

Falta ainda um mês para terminar o mandato do actual Governo da RAEM e do Chefe do Executivo. Em conclusão, nos últimos anos, com o desenvolvimento estável da RAEM, o crescimento económico e o aumento significativo da reserva financeira, e o aumento do investimento financeiro nas áreas da educação, cuidados de saúde, regalias sociais e segurança social, os encargos dos residentes estão ainda mais aliviados e a sua qualidade de vida também tem melhorado. Tendo em conta que os recursos de solos têm restringido o desenvolvimento de Macau, o Governo reforçou a gestão dos terrenos, retomou muitos que estavam desaproveitados, conseguindo libertar mais recursos de terrenos, e ainda, com a obtenção de uma jurisdição marítima de 85 km² e a autorização da realização de aterros com uma área de 350 hectares, conseguiu uma reserva suficiente de terrenos para o futuro desenvolvimento urbano. No que respeita aos trabalhos relacionados com a vida da população, após a passagem do tufão Hato, os trabalhos de prevenção e redução de desastres foram melhorados, especialmente os de protecção civil e de comunicação e divulgação junto da sociedade, e os resultados reflectiram-se durante a passagem do tufão Mangkhut. Aliás, o Governo elaborou o Plano decenal de prevenção e redução de desastres, colmatando assim o vazio existente nos respectivos trabalhos. Tudo isto constitui uma base sólida para os trabalhos do próximo Governo da RAEM. Aliás, nos últimos anos, a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o lançamento do “Planeamento de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, a ampliação do posto fronteiriço de Hengqin e a construção do posto fronteiriço de Qingmao, tudo isto contribuiu para o desenvolvimento sustentável de Macau.

Neste mandato do Governo, ainda ficaram por resolver muitos problemas relacionados com a vida da população: os preços dos imóveis privados continuam em alta, a oferta de habitação pública não é suficiente e continua sem prazo de conclusão, e o plano director urbanístico ainda não foi divulgado; o trânsito é um problema que preocupa a população, os contratos dos autocarros foram duas vezes renovados por curto prazo, e até ao momento ainda não se ouviu qualquer notícia sobre isso, a capacidade das três pontes está quase saturada, ainda não foi otimizada a rede rodoviária nas proximidades da Pérola do Oriente, e o escoamento nos postos fronteiriços e as instalações complementares de trânsito não foram devidamente planeados; mais ainda, a renovação urbana, os preços dos produtos, a resolução das inundações, etc. Todos estes velhos problemas que afectam gravemente a vida quotidiana da população vão ser deixados para o próximo Governo. Além disso, Macau está dependente do sector do jogo, o que aumenta o risco de incerteza na economia, mas o caminho para a diversificação das indústrias ainda é longo e, com a criação da Grande Baía, Macau passou a ser parte integrante, o que trouxe novas oportunidades e um espaço mais amplo de desenvolvimento para a RAEM, mas é necessário enfrentar os problemas de trânsito e de articulação das leis com as regiões vizinhas, questões que o próximo Governo tem de enfrentar e resolver.

Comparando os 4 governos da RAEM, o programa político do novo Chefe do Executivo enfatizou a reforma da Administração Pública, e propôs a racionalização de quadros e a simplificação administrativa, o reajustamento da estrutura da Administração Pública, a racionalização das funções dos serviços e o aumento da capacidade de execução. No passado, a falta de cooperação, coordenação e comunicação interserviços enfraqueceu a eficácia de algumas políticas e medidas, por isso é muito importante elevar a eficiência geral da Administração Pública. Espera-se que o novo Governo possa concretizar as promessas assumidas no programa político, acelerar os respectivos trabalhos, aprofundar a reforma da Administração Pública, concretizar o regime de responsabilização dos governantes, aperfeiçoar a construção do Regime Jurídico, aumentar a transparência das acções governativas e construir um Governo íntegro e eficiente, mas o mais importante é ainda prestar alta atenção e resolver os conflitos sociais e as velhas questões ligadas à vida da população, nomeadamente: habitação, trânsito, tratamento das águas, renovação urbana, preço dos produtos, etc., pois só assim se consegue promover o desenvolvimento estável e harmonioso da economia e da sociedade de Macau.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 18.11.2019

Aperfeiçoar o regime de inspecção e construir, com a maior brevidade possível, acessos sobre o mar

Nos últimos dias, verificou-se uma fenda no acesso à Ponte da Amizade, junto do reservatório, o que não só despertou a atenção da população para as questões relacionadas com a estrutura e a segurança da ponte. Na verdade, o Governo já procedeu à monitorização da situação de assentamento no referido local, e, como não afecta a segurança da estrutura, não se inclui nos projectos prioritários. A Ponte da Amizade tem vindo a ser objecto de manutenção e reparação periódicas, incluindo as obras em curso de reparação dos suportes de apoio. Aliás, nos últimos anos, foi introduzido o “Structural Health Monitoring System”, que funciona 24 horas por dia, a fim de conhecer atempadamente o estado da estrutura da ponte e iniciar a manutenção e reparação necessárias, garantindo a sua segurança. Tomando como referência os critérios de diferentes países e do Estado, em termos gerais de concepção, as pontes e vias (excluindo as auto-estradas) podem ser utilizadas mais ou menos durante 50 anos.

Nos últimos anos, as obras e o número de veículos de grande dimensão têm vindo a aumentar, o que afecta, de certa forma, as duas pontes (a Ponte Governador Nobre de Carvalho destina-se apenas a determinados veículos), acelera o ritmo do seu envelhecimento e reduz a vida útil. Os serviços de obras públicas, para além de continuarem a fiscalizar e a reparar periodicamente a ponte, têm de iniciar, o mais cedo possível, as ligações terrestres entre Macau e a Taipa, os novos aterros e os diversos postos fronteiriços, com vista a aliviar e a reduzir a sobrecarga de utilização das pontes e vias públicas existentes.

Assim, apresento as seguintes sugestões, esperando que o Governo lhes dê a devida atenção e acelere as obras das grandes infra-estruturas de Macau:

1. Tendo em conta o assentamento da Ponte da Amizade e o pânico causado, sugere-se que as autoridades divulguem periodicamente informações sobre o “estado de saúde” das três pontes e dos túneis, e os respectivos planos de reparação, a fim de dissipar as dúvidas do público;

2. Para além de construir, quanto antes, a quarta e a quinta ligações entre Macau e Taipa, há que avançar ainda com as obras das vias de ligação entre os postos fronteiriços e as Portas do Cerco, a Zona A dos Novos Aterros, o terminal marítimo, o centro e a Barra, a fim de resolver os congestionamentos que persistem nessas zonas e aliviar gradualmente a sobrecarga de veículos;

3. A fim de melhorar a segurança da circulação rodoviária em Macau, há que avançar, de forma ordenada, com a reparação das principais vias públicas e a respectiva repavimentação, a fim de proporcionar aos condutores um ambiente de condução mais confortável!

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 18.11.2019

A continuação a experiência de sucesso com características próprias de Macau – o aperfeiçoamento da conectividade do sistema governativo

“Um País, Dois Sistemas” é uma grande iniciativa de inovação institucional e uma parte importante do sistema de governação do Estado, que trouxe êxitos sem precedentes de desenvolvimento para Hong Kong e Macau, e é também um modelo que, de forma especial, tem conseguido o forte apoio da nossa população. Há dias, o Sr. Qiao Xiaoyang fez um balanço profundo sobre a experiência de sucesso “característica de Macau”, que se deve à consolidação da base social e política de amor à Pátria e a Macau, ao cumprimento activo da responsabilidade constitucional e à salvaguarda firme da ordem constitucional. Mais, a sociedade é caracterizada pela sua harmonia e tolerância, pelos processos de negociação mutuamente benéfica, pelo esforço em prol da melhoria de vida da população e pelos benefícios do desenvolvimento para a população em geral. Ao longo destes 20 anos, as gentes de Macau têm vindo a trabalhar em conjunto e a cristalizar o espírito de equipa, pelo que temos de continuar a manter estas boas tradições.

Recentemente, os revoltosos de Hong Kong, incentivados por forças estrangeiras, queimaram bandeiras, esquadras policiais, tribunais e centros comerciais, e bloquearam estradas, agrediram cidadãos, e até incendiaram com gasolina uma pessoa com opinião política diferente. Esses actos têm afectado gravemente o funcionamento da sociedade de Hong Kong, prejudicando os direitos fundamentais dos compatriotas de lá e desafiando o princípio “Um País, Dois Sistemas” e os princípios da civilização humana. Muitos residentes de Macau sentem-se indignados quando vêem esses estragos provocados em Hong Kong.

Os incidentes em Hong Kong são um alarme para nós; o Governo e os diversos sectores da sociedade têm de estar preparados para as adversidades, concretizar a consciencialização do sujeito da construção, governação e partilha em conjunto, e, em conformidade com o posicionamento e os critérios do regime “Um País, Dois Sistemas” do sistema de governação do Estado, tomar a iniciativa de descobrir as respectivas lacunas e insuficiências, consolidar constantemente a base sociopolítica, e acelerar o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais locais e da legislação complementar, necessários para o pleno poder de governação do Governo Central.

Actualmente, por um lado, é necessário acelerar a concretização dos regimes complementares de defesa da segurança do Estado, criar quanto antes um departamento de segurança, e reforçar a capacidade de execução de defesa da segurança do Estado; por outro lado, há que resolver as necessidades habitacionais e profissionais dos residentes, e implementar o princípio governativo de “construção, governação e partilha em conjunto”; por último, há que aperfeiçoar a educação patriótica a todos os níveis da sociedade, o que inclui aperfeiçoar o mecanismo de formação periódica de todos os funcionários públicos, reforçar os

(Tradução)

conteúdos relativos à situação da Pátria, políticas nacionais, administração do país e gestão das políticas; integrar a Constituição e a Lei Básica nas disciplinas obrigatórias destinadas aos alunos do ensino primário, secundário e superior, e reforçar a educação patriótica junto dos jovens, entre outros.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 18.10.2019

Continuidade do empreendimento “amor à Pátria e a Macau”

No Balanço das LAG de 2019, o Chefe do Executivo afirma o seguinte: *“após o retorno de Macau à Pátria, o reconhecimento dos residentes pelo País e o sentimento de amor à Pátria e a Macau tem vindo a aumentar, cada vez mais e sem precedentes, e este sentimento pessoal de cada um dos residentes de Macau transformou-se num valor nuclear da sociedade, símbolo do «retorno dos corações» de Macau e condição essencial da harmonia e estabilidade sociais.”*

A base do sentimento de “amor à Pátria e a Macau” dos residentes de Macau foi cimentada no decurso do conhecimento da história da pátria e do desenvolvimento da nação chinesa, e herdada de geração em geração. Com a existência dessa base, e com o impulsionamento do Governo da RAEM e dos diversos sectores sociais, a força do “amor à Pátria e a Macau” foi-se desenvolvendo, fortalecendo, e consolidando, passando a assumir-se como valor essencial na nossa sociedade. Ao longo destes 20 anos de prática, ficámos a perceber que a tradição do “amor à Pátria e a Macau” constitui um elemento crucial para Macau conseguir conquistar grandes e importantes sucessos.

Este ano comemora-se o 70.º aniversário da fundação da República Popular da China e o 20.º aniversário do Retorno da RAEM à Pátria. Nesta nova era, há que consolidar e reforçar o amor ao País e a Macau, uma tradição gloriosa, e que inovar nas modalidades e metodologias.

1. Há que fazer um balanço da experiência do desenvolvimento de Macau e que sintetizar o modelo que levou ao sucesso do princípio “Um País, Dois Sistemas” em Macau. Ao longo dos 20 anos que se seguiram ao Retorno, Macau persistiu na base de “Um País” e nas vantagens dos “Dois Sistemas”, unindo forças na luta pela harmonia e estabilidade social. Registou-se também um aumento acelerado da economia, e o bem-estar da população tem melhorado, daí o caminho com características de Macau que conduziu ao sucesso do princípio “Um País, Dois Sistemas”. Segundo o Presidente Xi Jinping, o sucesso que Macau registou nestes 20 anos que se seguiram ao Retorno é a prova de que o princípio “Um País, Dois Sistemas” é plenamente viável, concretizável e apoiado pela população. Por isso, devemos fazer um balanço da experiência do desenvolvimento de Macau, mostrando ao mundo e à sociedade a forte vitalidade do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

2. Balanço sistemático da ligação intrínseca e inseparável entre Macau e o País – Um relato minucioso e pormenorizado, acompanhado de dados estatísticos, sobre cada uma das fases do percurso histórico de desenvolvimento do Interior da China e de Macau, especialmente dos últimos 20 anos após o Retorno, adaptado às características e aspirações da nova geração na transmissão do espírito de amor à Pátria e a Macau, para que os jovens façam a interligação entre o seu

futuro e as oportunidades de desenvolvimento de Macau e da China, e para que, através da afeição e dos conhecimentos, consolidem essa ligação, de forma a permitir que o princípio “um país, dois sistemas” continue a caminhar a passo mais seguro e longo, abrindo cada vez mais horizontes para o futuro.

3. Planeamento e organização sistemáticos de acções de consolidação, divulgação e promoção da educação para cultivar o amor à Pátria e a Macau – Já é vulgar a realização de cerimónias do hastear da bandeira nacional e de entoação do hino nacional nas escolas primárias e secundárias, e o ensino da Constituição e da Lei Básica fora dos cursos de direito das instituições de ensino superior, o que é, de facto, bom e uma necessidade face à conjuntura. Só que essa educação tem de acompanhar a evolução dos tempos, assumir mais vivacidade e ter em atenção o conteúdo, a forma de captação de interesses, a força de coesão e a adaptação à vida, e os governantes devem ter uma mentalidade aberta e inovadora, definindo modelos de educação adequados às características das diversas faixas etárias, ou seja, modelo diferente para as crianças e para os alunos do ensino primário e secundário, bem como modelos assentes na inspiração e debate para o ensino superior e na realização profissional para os trabalhadores, de modo a abrir-lhes horizontes de desenvolvimento em Macau e na Grande Baía.

IAOD da Deputada Chan Hong em 18.11.2019

Inspeção global do estado das vias e pontes para a protecção da segurança das deslocações dos residentes

Em Macau, há poucas vias, muitos veículos e estão em construção inúmeros grandes empreendimentos. Nas zonas onde se concentram os estaleiros, o vaivém dos veículos da construção civil, camiões, autocarros e automóveis ligeiros acelera o envelhecimento, e até a danificação, das vias e pontes. A manutenção, a reparação e a inspecção da segurança das vias e pontes são tarefas ordinárias dos serviços competentes. Como a segurança das deslocações dos residentes e turistas é muito importante, a inspecção das vias e pontes deve ser precisa e rigorosa, por forma a minimizar eventuais perigos. Neste ano, houve um desabamento de uma ponte e de um viaduto em Yilan, Taiwan e em Wuxi da província de Jiangsu, acontecimentos que são mesmo uma lição dolorosa. As autoridades de Macau têm de aumentar o rigor dos trabalhos de inspecção, com vista a evitar acidentes.

A danificação das principais vias de Macau é causada pelo aumento do número de veículos pesados, pelo aluimento de terras nos aterros, e pela perda de água e areia no subsolo, por exemplo, em 2016 houve um aluimento de terras no estaleiro do centro modal da Barra; em 2017 um aluimento de terras numa via pedonal perto de um estaleiro nas proximidades da Rotunda da Pérola; e em 2018 um aluimento de terras na Avenida de Almeida Ribeiro. Os aluimentos ocorrem frequentemente e não têm sido graves, porém, os serviços competentes devem prestar a devida atenção ao reforço da monitorização e reparação das vias, para salvaguarda da segurança da circulação de peões e veículos.

A segurança das estradas e pontes de Macau é boa, de um modo geral, mas isto não significa que não merece atenção. Já se registaram no passado incidentes nalgumas estradas e pontes, nomeadamente em 2010, quando surgiu uma brecha nas juntas do viaduto da Avenida de Horta e Costa, devido aos efeitos climáticos. E o mesmo voltou a acontecer, há dias, no acesso à Ponte da Amizade na direcção Macau-Taipa, nas vedações e nos muretes, o que levou as autoridades a proceder de imediato às respectivas obras de reparação, a declarar que não havia perigo para a estrutura da ponte e a promover a inspecção e os trabalhos de reparação e manutenção regulares. Este incidente suscitou a preocupação da sociedade em relação ao grau de segurança das pontes e viadutos, o que me leva a sugerir ao Governo que realize de imediato uma inspecção às três pontes e a todos os viadutos e que intensifique as obras de reparação e conservação. Além disso, espero ainda que o Governo acelere a construção das 4.^a e 5.^a ligações, para aliviar a sobrecarga das pontes.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 18.11.2019

No balanço das LAG da área da saúde nos últimos dez anos, refere-se que, com as políticas e medidas implementadas, as garantias dos residentes foram reforçadas. Entendo que a atribuição de vales de saúde, aumento do ratio de médicos e enfermeiros, e criação da especialidade de geriatria, do centro de avaliação das crianças e da Academia de Medicina Especializada, bem como o aumento da esperança de vida, a eficiência na prevenção e controlo das doenças infecto-contagiosas e a redução da taxa das doenças do foro oncológico, se devem aos esforços e ao empenho do pessoal da área de saúde e ao eficiente trabalho desenvolvido pelo Governo. Porém, com o crescimento demográfico e o aumento do número de visitantes, a tendência de envelhecimento da sociedade e os potenciais riscos de doenças endémicas, entre outros, os residentes e os profissionais querem mais serviços de saúde. Espero que o próximo Governo continue a otimizar o sistema de saúde, de forma a permitir que este continue a evoluir, mas com mais precisão e qualidade, e que o caminho do seu desenvolvimento se aproxime dos anseios de todos.

O Governo tem enfatizado que o sistema de cuidados de saúde é suportado em conjunto pelas instituições públicas, particulares e não lucrativas. Contudo, a pressão das instituições públicas só aumenta, nunca desce, aliás, nos hospitais públicos, o número de utentes das consultas externas, da urgência e de internamento aumentou 44% no espaço de 10 anos. Quanto às instituições particulares e não lucrativas, ambas visam aliviar a pressão das instituições públicas, mas deparam-se com várias dificuldades, sendo que algumas delas dificilmente conseguem competir com as instituições públicas na contratação de pessoal médico. Aliás, nota-se alguns indícios disto mediante os dados estatísticos que o Governo publicou nos últimos anos. O número das clínicas privadas e o dos respectivos utentes desceram em dois anos consecutivos, aliás, o número de clínicas passou de 705, em 2016, para 672, em 2018 e o de utentes de cerca de 3,17 milhões para 3,03 milhões. Segundo elas, a pressão do negócio vai aumentando à medida que o sistema de cuidados de saúde do sector público se vai alargando, situação que, em termos do longo prazo, não é benéfica nem para suportar nem para manter a estabilidade dos cuidados de saúde em Macau. De facto, o apoio ao desenvolvimento saudável das instituições particulares e não lucrativas contribui para aliviar a pressão das instituições públicas e também para diversificar os canais de acesso à saúde para os residentes de Macau.

Além disso, a sociedade espera que o Governo, através do aperfeiçoamento do software e do hardware, satisfaça as expectativas da população em relação a serviços médicos de qualidade e rápidos. No entanto, muitos projectos de instalações médicas foram adiados pelas mais diversas razões, em particular, o projecto do complexo do hospital das Ilhas, planeado em 2010, cujas estruturas principais só vão começar a ser construídas no 4.º trimestre deste ano. O plano inicial previa a criação de um centro de oncologia, de um centro de transplante de

órgãos, e a introdução de salas de cirurgia modernamente equipadas, para diagnóstico e tratamento de alta qualidade, porém, ainda não existe uma data para a sua concretização. O pior é que os atrasos na construção do referido Complexo vão atrasar o andamento do processo de recrutamento e formação do pessoal, e a juntar a isso, a revisão da carreira do pessoal de saúde tem sido adiada várias vezes, portanto, tudo isto vai ter impacto negativo no desenvolvimento do sector da saúde de Macau.

Espero que o novo Governo preste a devida atenção às 3 sugestões seguintes: (1) acelerar e aperfeiçoar a construção das diversas instalações médicas. Quanto à construção do hospital das ilhas e dos centros de saúde, há que assegurar a coordenação entre os serviços utentes e as Obras Públicas, melhorando a fiscalização das obras com vista à sua rápida conclusão, e há também que coordenar a construção das instalações para as instituições médicas sem fins lucrativos, para proporcionar aos residentes serviços médicos de qualidade e mais rápidos.

(2) Estudar medidas de apoio para as instituições quer médicas privadas quer sem fins lucrativos. Por exemplo, ponderar as sugestões constantes da “Pesquisa do Sistema de Segurança Médica de Macau”, isto é, criar mecanismos de financiamento dos cuidados de saúde em caso de catástrofes, atribuir vales de seguro, alargar o âmbito de utilização dos vales de saúde e aumentar o seu valor, para melhor desenvolver a complementaridade entre as instituições médicas públicas, privadas e sem fins lucrativos.

(3) Melhorar a formação dos profissionais de saúde das diversas especialidades, para suprir a sua escassez; acelerar a revisão das carreiras, para aumentar o moral do pessoal de saúde; e quando os recursos humanos estiverem estáveis e forem suficientes, encurtar o tempo de espera das consultas de especialidade, para que os residentes acedam atempadamente a tratamento adequado e reforcem a sua confiança nos cuidados médicos de especialidade de Macau.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 18.11.2019

Reforçar a educação para o trabalho nas escolas

A situação da educação para o trabalho nas escolas primárias e secundárias não é optimista. As escolas não dão consideração suficiente a esta disciplina, o que reduz as oportunidades de trabalho dos alunos e enfraquece os seus conhecimentos nesta vertente. Esta questão não é exclusiva de Macau, também é bastante generalizada no Interior da China.

A educação para o trabalho foi uma disciplina muito importante na China, mas devido ao actual ambiente social, perdeu a sua importância, o que levou os alunos a desprezar o sector laboral, a não gostar de trabalhar e a não apreciar os resultados do trabalho. Para corrigir esta situação, o Ministério de Educação da China, em conjunto com os outros Ministérios, emitiu opiniões sobre o reforço do ensino nas escolas primárias e secundárias, entre as quais se salienta a falta de educação para o trabalho nas escolas, em casa e na sociedade, razão pela qual surgiu a mentalidade da possibilidade de ser rico de um dia para outro ou de colher sem semear. Assim, é necessário integrar a educação para o trabalho no ensino, como base do ensino geral, para que os alunos tenham empenho e dedicação ao trabalho, transformando-se em trabalhadores com elevadas qualidades.

A meu ver, a educação para o trabalho é uma componente indispensável do ensino escolar e assume um papel importante para incutir nos estudantes o hábito do labor, reforçar o seu conceito de labor, refinar a sua qualidade e mentalidade, inspirar a sua criatividade e promover o pleno desenvolvimento e a saúde física e psicológica dos estudantes, bem como para criar um ambiente de trabalho razoável e progressivo. Esta educação pode ser promovida em várias vertentes – profissional, social e escolar. Contudo, se a mesma for iniciada na escola, pode ser mais notório o efeito da passagem de conteúdos conceptuais, tais como valores laborais e direitos laborais, para o juízo de valores do público e para a sua atitude perante a vida. Veja-se o exemplo dos Estados Unidos, do Japão, de Taiwan e de outros países e regiões, onde se ensina, a partir da primária, os direitos humanos em matéria laboral.

A educação para o trabalho deve ser dada de forma gradual, aliás, há que leccionar matérias diferentes consoante as diversas fases de ensino. Por exemplo, na fase da primária e secundária geral, o foco deve ser, principalmente, treinar a habilidade manual dos estudantes, isto é, há que incutir nos estudantes um espírito de resistência à dureza da vida, com vista a que os mesmos amem e apreciem o labor e respeitem os trabalhadores, experimentando a glória e o orgulho de ser trabalhador. Na fase do secundário complementar, esta vertente da educação deve focalizar-se na parte teórica, incluindo as condições laborais, direitos e interesses laborais, segurança e higiene no trabalho, história do

desenvolvimento e contributo dos sindicatos e protecção social, entre outras matérias. O mais importante é dar aos estudantes orientação e educação necessárias para a formação da sua visão sobre o acesso ao emprego e a escolha de profissão, por forma a ajudá-los a criar uma visão correcta sobre o acesso ao emprego.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 18.11.2019

Depois de 10 anos no cargo, o Chefe do Executivo termina em breve o seu mandato, e afirmou que as políticas da área da educação foram as que mais satisfação lhe deram, devido à grande consideração do Governo pelos jovens, nomeadamente na sua educação, no ensino não superior, no superior, e na aprendizagem contínua, e ao facto de todos terem direito ao ensino, independentemente do seu contexto familiar. Mais afirmou que a igualdade de oportunidades é o princípio defendido pelo Governo e que acreditava que este princípio tinha sido quase totalmente implementado, pois mais de 90% dos jovens prosseguem estudos superiores. O Chefe do Executivo acredita que o próximo Governo vai continuar a dar ênfase à educação, colocando-a no topo das prioridades, e reconheceu os trabalhos desenvolvidos pelo seu Governo nesta área. De acordo com o balanço dos trabalhos realizados, os investimentos na educação têm aumentado desde 2010, passaram de 5,7 mil milhões de patacas para 11,6 mil milhões, um aumento de 103%. A promoção dos 15 anos de escolaridade gratuita contribuiu para que todas as pessoas de Macau tivessem oportunidade de estudar.

À medida que a sociedade progride e Macau e o Estado se desenvolvem continuamente, há que reforçar as exigências quanto ao desenvolvimento da educação, para formar os talentos adequados ao futuro desenvolvimento de Macau. Espero que o novo Governo continue as políticas do actual, aumentando continuamente o investimento na educação, agilizando a resolução dos problemas relativos à insuficiência de espaço e de terrenos destinados à educação. O Governo deve colaborar com as escolas na organização de mais acções de formação, diversificadas e de aplicação na prática, destinadas aos professores e encarregados de educação. Há que retirar lições das experiências do Interior da China e do estrangeiro para a criação dum sistema curricular favorável à educação integrada, para garantia do desenvolvimento sustentável de Macau com base na formação de talentos.

O ensino de qualidade e igualitário depende de vários factores indispensáveis, como as instalações, formação dos professores, reforma curricular, cooperação entre a escola e os pais. Além disso, as despesas, o número de professores, os equipamentos, os autocarros escolares e as cantinas, enquanto factores mais mensuráveis, implicam muitos recursos. Considero que para garantir o desenvolvimento sustentável do ensino, o Governo deve definir um regime científico e compatível com a realidade social para a aplicação de recursos educativos, estabelecendo que, anualmente, seja afectada uma determinada percentagem de recursos públicos ao ensino, bem como uma taxa de aumento anual. Assim, com estes dados concretos, os serviços competentes podem definir as políticas educativas, evitando o impacto directo do reajustamento económico nos recursos educativos.

Devemos também prestar atenção ao desenvolvimento do ensino profissional, aproveitando especialmente as oportunidades da Grande Baía para encontrar saídas. O ensino técnico-profissional nunca mereceu a devida atenção e os resultados não têm sido eficazes, por isso, os alunos não têm muitos cursos profissionais para escolher, e não há resposta para as necessidades da sociedade em termos de quadros técnicos. As “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” constituem uma plataforma ampla para a criação de um mecanismo eficaz para a cooperação a longo prazo na Grande Baía, portanto, o Governo deve aproveitar os recursos educativos das cidades da Grande Baía para reforçar a ligação e a cooperação regional no âmbito do ensino técnico-profissional, para que os alunos das escolas profissionais possam entrar no Interior da China através de exames para a obtenção de credenciação, estágios e empregos, ajudando-os a “sair” e aumentando o espaço para o seu desenvolvimento futuro.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 18.11.2019

Há dias, o Governo publicou o limite máximo do rendimento mensal e do património líquido para a candidatura à habitação económica, cujo concurso vai ser aberto no final deste mês. As condições de candidatura melhoraram relativamente ao último concurso, portanto, é de crer que a classe média tenha, desta vez, oportunidade de conseguir uma habitação. Porém, uma vez que vão ser postas a concurso as 3011 habitações económicas da Zona A dos Novos Aterros, que nem sequer estão em construção, é mais que provável que surja uma situação de fornecimento zero e de elevada procura, portanto, o longo tempo de espera é inevitável. Além disso, a este novo concurso aplica-se o actual regime, portanto, a situação registada no concurso de 2013, de desajustamento entre o número de membros do agregado familiar e a tipologia da fracção, pode vir a repetir-se. Assim sendo, as candidaturas a apresentar em nome individual ou em nome de agregado não nuclear estão condenadas. Se o regime não conseguir ordenar as candidaturas por pontuação, segundo o nível dos rendimentos, situação habitacional, período de espera e tempo de residência em Macau, a situação não se resolve.

O Governo actualizou os limites de rendimento e património para a candidatura à habitação económica, aumentou significativamente o limite mínimo de rendimento e adoptou uma forma progressiva para regular o limite mínimo de rendimento consoante o número de membros da família. O novo regime vai excluir algumas famílias carenciadas da lista de candidatura à habitação social, e se o seu património exceder o fixado, vão perder por completo a qualidade para se candidatarem à habitação pública. O Governo insiste na política de a habitação social como principal e a económica como secundária, por isso, definiu que o limite máximo de rendimento para a candidatura à habitação social é igual ao limite mínimo para a candidatura à económica, com a intenção de distribuir de forma racional a habitação social e a económica, de acordo com o rendimento e a situação patrimonial dos residentes. Alguns arrendatários de habitação social que já preenchem os requisitos para a candidatura à habitação económica, por terem ultrapassado os critérios para a habitação social devido ao aumento do rendimento familiar, vão ter de pagar rendas duas a três vezes mais caras. No entanto, continuam a faltar habitações económicas em Macau, e a curto prazo estas não vão conseguir resolver o problema da habitação, as rendas das habitações privadas são muito elevadas, mas mesmo assim as pessoas são obrigadas a mudar de casa, o que significa grande cansaço físico e psicológico, levando muitas famílias a optar por ficar nas habitações sociais mesmo pagando rendas elevadas. Trata-se duma situação difícil que não necessita de mais palavras.

Na minha opinião, como não vai ser possível aplicar a nova proposta de lei da habitação económica neste concurso, o Governo deve aproveitar o tempo que aí vem para estudar e recolher as opiniões da sociedade, com vista a resolver os

conflitos ainda existentes na referida proposta de lei. Em relação ao projecto de habitação económica na Avenida Wai Long e aos 25 terrenos na Zona A dos Novos Aterros Urbanos, já foram emitidas as plantas de condições urbanísticas, que dizem respeito a cerca de 29 mil e 500 habitações. Para resolver activamente os problemas habitacionais dos residentes e para aliviar a tensão da procura, apelo ao Governo para acelerar a construção das habitações. Mais, existem 77 terrenos desaproveitados cuja concessão já foi declarada caducada. Esses terrenos, quer os já retomados quer os que o vão ser, podem disponibilizar uma área superior a 230 mil metros quadrados que o Governo pode aproveitar para novos projectos de habitação pública. No futuro, se a reserva de terrenos for suficiente, é possível repensar em novos tipos de habitação pública, para ajudar as pessoas da classe sanduiche a resolver os seus problemas habitacionais.

Por fim, quanto à celebração das escrituras da habitação económica, os promitentes-compradores do Edifício Fai leng, Edifício Cheng Tou, e do Edifício do Bairro da Ilha Verde, que se encontravam à espera há muitos anos, acabaram por conseguir ocupar as suas fracções em Outubro e Novembro do ano passado, mas ainda não celebraram as escrituras. Muitos estão bastante preocupados com a possibilidade de as suas fracções serem retomadas devido às alterações da sua situação. Segundo as informações do Instituto de Habitação (IH), os Serviços de Finanças (DSF) já emitiram a notificação sobre o número da matriz, que permite a celebração em breve das escrituras do Edifício Fai leng, mas há ainda um longo caminho a percorrer quanto às dos Edifícios do Bairro da Ilha Verde e Fai leng, uma vez que o do Bairro da Ilha Verde ainda não recebeu a certidão da conclusão de construção, portanto, o ritmo de andamento do processo é insatisfatório. Assim sendo, solicito aos serviços competentes que dêem resposta às necessidades prementes da população e acelerem os procedimentos administrativos, para que o Instituto de Habitação possa emitir, quanto antes, a autorização para a celebração das escrituras e iniciar o respectivo processo, a fim de evitar que o problema com a celebração das escrituras se repita devido à mudança da situação dos elementos do agregado familiar.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 18.11.2019

Há que melhorar o regime de habitação económica e aumentar a oferta para responder à procura

O problema de a oferta de habitação económica não satisfazer a procura é muito evidente. Nos últimos dez anos, as habitações económicas novas foram, na sua maioria, utilizadas para “pagar as dívidas antigas”, isto é, para os agregados familiares na lista de espera acederem a uma casa. Em 2013, foram abertos dois concursos para habitação económica, com um total de 3444 fracções. Como a procura é maior do que a oferta, os candidatos individuais só acompanham a corrida. Segundo os dados do Instituto de Habitação, apesar de não ter muitas opções, o concurso de 2013 para habitação económica de tipologia T1 atraiu mais de 10 mil candidaturas, e cerca de 80 por cento, ou seja, 9274, eram candidatos individuais, mas só havia 60 fracções para este grupo, ou seja, 3,9 por cento. Já o concurso para diferentes tipologias contou com 15 444 candidatos individuais, ou seja, cerca de 40 por cento. Até ao mês passado, a distribuição de 1900 fracções estava quase concluída. Nenhum dos candidatos individuais conseguiu aceder a uma casa, e crê-se que não vão poder aceder às 86 fracções de tipologia T1 que restam, acompanhando apenas a corrida.

No concurso de 2013 para diferentes tipologias, foi bastante evidente o problema da distribuição inadequada das tipologias. Segundo a lei actual, a ordenação dos candidatos é feita em função da composição dos agregados familiares, dando prioridade a agregados familiares nucleares e ficando os candidatos individuais nos últimos lugares. Porém, como havia mais de 854 fracções T1, representando 45 por cento, depois de estarem distribuídas todas as outras tipologias, os agregados com mais elementos só podiam escolher um T1 e, mesmo tendo sido seleccionados para escolher as fracções, acabaram por desistir, uma vez que o espaço destas não era suficiente para acolher a família toda. Tratou-se de uma falsa esperança para os candidatos! E a apreciação repetitiva também agrava a pressão dos serviços competentes.

Há dias, o Governo anunciou a abertura do concurso para habitação económica no final deste mês, mas, como a alteração da Lei da habitação económica ainda não foi concluída, sortear continua a ser o método para a ordenação dos candidatos. Assim, continuam os problemas de “os candidatos individuais só acompanharem a corrida” e de “atribuição inadequada das tipologias”. Além de melhorar o sistema previsto na referida lei em revisão e de concretizar a ordenação por pontuação, com o aumento dos recursos de solos para uma maior oferta de habitação pública, é necessário ponderar criar um sistema permanente para a abertura de concursos.

Por outro lado, o Governo aumentou, em Outubro e Novembro deste ano, o limite máximo de rendimento e património para a candidatura a habitação social e económica, o que não conseguiu resolver o problema “dos agregados familiares

dos três não”, isto é, que não têm capacidade para arrendar ou adquirir uma habitação no mercado privado, não podem candidatar-se a uma habitação económica e não reúnem condições para arrendar uma habitação social. De forma simples, podemos ver que o limite máximo de rendimentos para a habitação social é o limite mínimo para a habitação económica, e isto resulta de uma falta de articulação entre estes dois regimes de habitação. Há pessoas de meia-idade com rendimentos mensais baixos e não conseguem candidatar-se a uma habitação social porque as suas poupanças ultrapassam o limite máximo de património; mas também há quem tenha rendimentos inferiores ao limite mínimo exigido e continue a não poder candidatar-se a uma habitação económica. Sabemos que o número destas pessoas “ensanduichadas” é pequeno, mas ficam de fora destes 2 tipos de habitação, ficando estes residentes de rendimentos médios/baixos excluídos da possibilidade de se candidatarem, o que contraria a intenção política de habitação pública para apoiar os agregados familiares em situação económica desfavorecida. As autoridades têm de rever e alterar esta política injusta.

O Governo aperfeiçoou o regime, mas limitou-se a ajustar os requisitos para a candidatura e, quando a oferta é insuficiente, constrói um grande número de fracções T1 para a quantidade ser maior. Estas medidas não conseguem satisfazer as necessidades do desenvolvimento do agregado familiar dos requerentes e pode criar conflitos entre diferentes partes interessadas. O Governo está a planear a construção de mais de 30 mil fracções de habitação pública, o que é um decréscimo em comparação com o número registado no relatório do “Estudo sobre a procura de habitação pública” divulgado no ano passado. Mas a reserva de terrenos aumentou com os novos aterros urbanos e as dezenas de terrenos cuja concessão foi declarada caducada nos termos da lei. Assim, o Governo deve estar determinado em aumentar a oferta de habitação pública, a fim de responder às necessidades. Desde que as autoridades definam bem o número de habitações públicas a construir e a oferta anual dessas fracções, e concluem as obras no prazo previsto, estão reunidas as condições para definir qual o tempo de espera. Os agregados familiares qualificados podem então conhecer o prazo, para conseguirem a sua habitação e ter uma vida tranquila.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 18.11.2019

Efectuar bem os trabalhos de renovação urbana com base no planeamento urbanístico geral

A sociedade espera há muito tempo pela promoção do reordenamento dos bairros antigos, a aceleração da renovação urbana e a concretização do desenvolvimento sustentável da cidade. O Governo apresentou oficialmente esses conceitos em 2005, mas, decorridos mais de dez anos, limitou-se a realizar várias consultas e alterações, e ainda não há quaisquer resultados concretos. Como o Governo não é determinante na tomada de decisões, nem tem uma atitude proactiva nas acções governativas, o andamento dos diplomas legais complementares é muito lento, sobretudo o da legislação principal da renovação urbana, que ainda não foi definida. Assim, os sectores sociais, especialmente os moradores dos bairros antigos que vivem em ambientes escuros e húmidos, mostraram-se várias vezes frustrados e impotentes.

Termina em breve o mandato do IV Governo, mas nada se viu quanto à legislação sobre a renovação urbana, por isso a sociedade deposita já a sua esperança no próximo Governo. Surpreendentemente, em Outubro deste ano, dois meses antes do termo do mandato do Governo, os serviços da tutela da Administração e Justiça anunciaram oficialmente a abertura de uma consulta pública sobre o “Regime Jurídico da Renovação Urbana de Macau”, parecendo que têm pressa, e a sociedade ficou surpreendida com esta decisão.

A sociedade apelava há anos para se acelerar a renovação urbana e, finalmente, o Governo atreveu-se a dar o primeiro passo, respondendo assim às solicitações. Trata-se de uma “justiça tardia”. No passado, a sociedade tinha chegado a consenso sobre o seguinte: promover a renovação urbana não é apenas demolir os prédios antigos e construir novos, pelo contrário, implica vários aspectos do desenvolvimento da cidade, isto é, a articulação com as estratégias relevantes, por exemplo, “uma faixa, uma rota” e a integração na Grande Baía, e com o planeamento e aproveitamento razoável de todos os espaços urbanos. Por outras palavras, o plano director tem um impacto enorme para o desenvolvimento sustentável e o rumo a seguir na renovação urbana. Assim, a promoção da renovação urbana deve basear-se num plano director maduro, sem o qual a produção das respectivas leis pode acabar por não ter fundamentação.

Para melhor promover a renovação urbana, o Governo criou, há anos, a Comissão de Renovação Urbana (CRU), presidida pelo Secretário para os Transportes e Obras Públicas, a qual incumbiu instituições académicas de elaborarem um estudo sobre a renovação urbana. Mas, antes da divulgação do plano director e do referido estudo, e na altura em que a mudança do Governo vai acontecer em breve, foi, de repente, incumbida a Secretária para a Administração e Justiça de liderar os trabalhos da consulta pública relativa à renovação urbana, bastante importantes para o futuro desenvolvimento de Macau, e a sociedade

questiona a razoabilidade desta distribuição de trabalhos, pois, não se está a colocar a carroça à frente dos bois? Será isto mais benéfico para a promoção da renovação urbana no futuro?

Devido a isto, entendo que a legislação é a parte complementar e não predominante da renovação urbana. Na situação de o planeamento urbanístico geral não estar concluído e de a consulta pública ser assumida, precipitadamente, por um só serviço de assuntos jurídicos, a população nem sempre tem informações profissionais suficientes para servirem de referência, e podem ainda surgir conflitos devido à falta de consenso social, o que vai deixar pressão para o próximo Governo. Se a consulta for suspensa, será desfavorável para o futuro desenvolvimento da renovação urbana.

O desejo de centenas de milhares de cidadãos que vivem nos bairros antigos é que os trabalhos da renovação urbana sejam bem desenvolvidos. Espera-se que o presente Governo possa, nos seus últimos momentos, avançar com os trabalhos, de forma gradual e científica, com vista a uma boa transferência para o próximo Governo, dentro de um mês e tal, especialmente com os que implicam decisões governativas importantes. Caso haja espaço de adiamento, deve deixar os trabalhos para o próximo Governo, em vez de os apressar, com vista a um processo de transferência entre os dois governos, seguro e estável.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 18.11.2019

Este é o ano da comemoração do vigésimo aniversário do retorno de Macau à Pátria e também de mudança de mandato do Governo da RAEM. Sem dúvida, sob a acção governativa, a economia de Macau tem-se desenvolvido rapidamente, e a vida da população e os benefícios sociais têm melhorado. Ao mesmo tempo, com o aumento gradual do nível económico e do conhecimento da população, esta tem cada vez mais aspirações e exige ao Governo o seu cumprimento, e “as coisas ligadas à vida quotidiana da população não são insignificantes” deixou de ser um *slogan*. Como é que o Governo pode fazer melhor? Como é que os trabalhos da acção governativa podem ser mais “adaptados à realidade” e corresponder mais às expectativas dos cidadãos?

Neste momento, há muitos residentes a queixarem-se de que a maior preocupação é transmitir as suas solicitações ao Governo, pois os serviços públicos “chutam a bola de um lado para o outro” e, mesmo após várias vicissitudes, nada resulta. Alguns serviços públicos não conseguem prestar apoio oportuno aos cidadãos na resolução dos problemas. No fundo, isto deve-se à omissão de alguns serviços públicos, à baixa eficiência administrativa e à descoordenação interdepartamental. Veja-se o exemplo das respostas às interpelações escritas dos deputados. Como representantes da população, os deputados esperam, com as interpelações, reflectir atempadamente junto do Governo as dificuldades e os pedidos dos cidadãos, para que sejam resolvidos, quanto antes, mas os serviços públicos continuam, frequentemente, a não responder dentro do prazo às solicitações apresentadas, ou a não dar resposta. Assim, como é que se pode resolver, atempadamente, os problemas dos cidadãos? A resposta do Governo é sempre: “As interpelações apresentadas pelos deputados envolvem matérias interdepartamentais de diferentes áreas. Os serviços responsáveis pela coordenação da resposta vão proceder à integração das informações fornecidas pelos outros serviços públicos, a fim de poderem responder cabalmente às questões colocadas”. Assim, os cidadãos sugerem que se faça a informatização e a electrónica dos trabalhos, por exemplo, para elevar a eficiência administrativa, deve-se criar um grupo de trabalho na internet para responder às interpelações, colaborando entre si nesta plataforma electrónica, e apoiar o acompanhamento dos problemas, sem ser cada serviço a proceder à sua maneira. O Governo vai fazer isto?

Isto significa que os residentes não querem ver as suas solicitações postas de lado, sem haver qualquer decisão, devido a procedimentos administrativos ou a normas desactualizadas. A sociedade está em constante mutação, portanto, é provável que, durante o processo de revisão ou após a sua conclusão, a lei deixe de poder acompanhar a actualidade, ocorrendo situações de relativo desajustamento. O Governo, enquanto poder predominante na tomada de decisões, deve implementar e executar, o mais rápido possível, actos que beneficiem a política de “ter por base a população” e sejam convenientes para os residentes. A elaboração e execução das leis, como refere o Presidente Xi Jinping,

(Tradução)

tem de ter como princípio fundamental e padrão “o povo como centro”. Assim, no momento em que estamos de braços abertos para acolher o mandato de um novo Governo, os governantes, para além de honrar os seus compromissos e actuar segundo as leis, devem interpretar com precisão o sentido da lei nas suas acções governativas. Para a construção de uma Macau feliz, o mais importante será ainda o reforço da coordenação entre os diversos serviços.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 18.11.2019

Devido ao recente incêndio no Kong Fok Cheong, várias fracções ficaram gravemente danificadas, os bens dos moradores ficaram reduzidos a zero num instante, e a segurança pessoal dos moradores foi ameaçada. Segundo a investigação dos Bombeiros, suspeita-se que o incêndio tenha sido causado por um curto-circuito num quadro eléctrico. Nos últimos anos têm-se registado incêndios destes, o que demonstra que existem perigos ocultos de segurança em vários edifícios, devido à falta de reparação periódica das instalações eléctricas, quer de particulares quer comuns, portanto, isto merece a atenção da sociedade e do Governo.

Há instalações de electricidade nos edifícios que são comuns, e a sua manutenção é da responsabilidade das empresas de administração predial, comissões de administração e proprietários. Mas, alguns prédios dos bairros antigos não têm comissões, e em Macau não existem normas de inspecção obrigatória dos edifícios, portanto, muitos proprietários negligenciam a importância da inspecção periódica, e não têm conhecimentos suficientes sobre a manutenção das instalações comuns dos edifícios, daí a falta de manutenção e reparação periódica das instalações eléctricas, o envelhecimento das instalações e o aumento da sobrecarga eléctrica, que provocam curto-circuitos e até incêndios. Tudo isto é uma ameaça para a segurança de pessoas e bens. A fim de reduzir os riscos deste tipo de incêndios, é premente a reparação e substituição atempadas dos equipamentos antigos. Assim, apresento as seguintes sugestões:

Primeiro, a lei prevê que compete à assembleia de condóminos a reparação e manutenção das instalações comuns e com a aprovação do Regime Jurídico da Administração das Partes Comuns do Condomínio em 2017, é obrigatória a constituição de um fundo comum de reserva para todos os edifícios, portanto, o Governo desempenha um papel tutelar de fiscalização. Assim, deve exigir às assembleias que cumpram as suas atribuições, inspecionar periodicamente os equipamentos de utilização comum dos edifícios e proceder à substituição dos equipamentos que não correspondem às exigências.

Segundo, relativamente aos edifícios que não têm assembleia de condóminos, o Governo assume o papel predominante na inspecção obrigatória de segurança contra incêndios e quanto à substituição dos equipamentos. Na realidade, o “Fundo de Reparação Predial”, lançado pelo Governo em 2007, abrange sete planos de apoio, incluindo a reparação ou substituição das instalações públicas de fornecimento de energia eléctrica. No entanto, devido à complexidade das formalidades, não são muitos os pedidos anuais, pois os proprietários de edifícios sem assembleia de condóminos não podem requerer apoio ao referido fundo. Por isso, propõe-se ao Governo que destaque trabalhadores para a inspecção de segurança contra incêndios nos edifícios. Após a inspecção, há que tomar como

referência as exigências relativas à proporção do direito de propriedade sobre a reconstrução dos edifícios, constantes do Plano de Renovação Urbana, e tendo em conta a gravidade e a urgência dos riscos de incêndio, é necessário obter o consentimento de uma determinada proporção dos proprietários, e só assim é que as instalações de fornecimento de energia podem ser reparadas ou substituídas.

Não se pode esquecer o caso do Kong Fok Cheong, portanto, não podemos descurar a segurança contra incêndios nos edifícios. Espero que o Governo pondere, seriamente, as minhas duas sugestões, estude a sua viabilidade, salvaguarde a segurança da vida e dos bens dos residentes, e que tenha sentido de responsabilidade!

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 18.11.2019

Há que avaliar, novamente, a procura de habitação pública e o respectivo plano de apoio

Há dias, no Balanço das Acções do 3.º e 4.º Governos da RAEM, o Chefe do Executivo referiu a política de habitação pública, alvo de atenção da sociedade, revelando que, no final deste mês, ia abrir o concurso para 3011 fracções de habitação económica na Zona A dos novos aterros, um número menor do que as 4000 divulgadas recentemente. A sociedade entende que isto é “melhor do que nada”, mas receia que a quantidade de habitação pública não consiga resolver as suas necessidades habitacionais urgentes.

Recorde-se que, em Setembro de 2017, o Governo encarregou uma instituição de elaborar o relatório final do estudo sobre a oferta e a procura de habitação pública, e nele se prevê que nos próximos 10 anos as unidades de habitação pública necessárias atinjam 31 427. Como a sua oferta potencial atinge 49 873, conclui-se que se pode satisfazer a procura nos próximos 10 anos. Atendendo ao efeito orientador desta conclusão para a política de habitação pública nos próximos 10 anos, devemos averiguar como é que a quantidade da procura foi calculada.

Olhando para este relatório, a estimativa da procura baseou-se em dois pressupostos. Primeiro, os rendimentos dos requerentes devem corresponder ao limite máximo definido para a candidatura a habitação pública, e a habitação onde moram não ser deles. Mas o relatório não abrange as pessoas que precisam de adquirir habitação por casamento ou cisão do agregado familiar. Segundo o relatório, apenas as famílias que precisam de arrendar casas são consideradas como tendo necessidade de habitação pública. Se bem que as famílias morem nas suas propriedades, de um modo geral, os pais é que são os donos das casas e, geralmente, os filhos maiores não possuem propriedades. No caso de futuro casamento, estes últimos preenchem também os requisitos para candidatura a habitação económica. Será que a necessidade de habitação pública é premente para as famílias que são arrendatárias? Claro que sim. A questão é, no caso das famílias com propriedade própria, quando os filhos casam no futuro, a sua situação integra-se também na necessidade de habitação pública? É impossível não a ter em conta e não se pode dizer que as necessidades deste grupo de pessoas não são importantes. Mas o relatório não considerou as necessidades decorrentes da cisão do agregado familiar, sendo provável que isto resulte numa subestimativa da procura de habitação pública e provoque impacto na política de habitação pública do Governo.

Afinal, qual foi a procura de habitação pública subestimada no relatório? Deixem-me então fazer uma estimativa. A necessidade mais directa de adquirir uma casa é a constituição de família. Nos últimos cinco anos (2014-2018), houve cerca de 3800 a 4000 casamentos por ano; se a média for de 3800 anuais, e cerca

de 64% das pessoas são do grupo etário entre os 25 e os 34 anos, então podem ser considerados como um grupo de recém-casados com necessidade de adquirir habitação própria. Partindo agora dos dados da estrutura do rendimento das pessoas deste grupo etário, sabemos que as receitas mensais de cerca de 70% dessas pessoas variam entre 10 mil e 40 mil patacas, e, subtraindo ainda os mais de 30% dos que não vivem em habitação própria, então, em 10 anos, poderá haver 9530 famílias recém-casadas com necessidade de comprar uma. Mais, segundo o relatório, a necessidade de aquisição de habitação já atingiu 40 957, número que parece não ter atingido o limite máximo da oferta potencial referido no mesmo relatório: 49 873. Mas, afinal, qual é essa oferta potencial? Segundo o recente balanço das LAG, o número de habitações públicas a oferecer é de cerca de 39 mil. Isto quer dizer que, num futuro próximo, mesmo que o Governo tenha mais capacidade, o que poderá fazer é só construir mais essas 39 mil fracções, e, como é óbvio, isso não vai satisfazer a necessidade de 40 957. Nos últimos 8 anos, o Governo construiu cerca de 20 mil habitações públicas, então, o próximo Governo julga conseguir acelerar a velocidade da construção daquelas habitações para o dobro, para construir 39 mil ou mais habitações públicas? Mais ainda, não é só o casamento que é a causa da cisão dos agregados familiares. Segundo dados de 2016, em Macau existiam cerca de 17 392 agregados familiares com várias gerações. Estes podem separar-se por aquisição de habitação própria, velhice, etc. Assim, qual vai ser a procura de habitação pública? Como os dados são limitados, não consigo fazer estimativas.

Assim, espero que o Governo reveja as necessidades potenciais de habitação pública resultantes da divisão dos agregados familiares referidos; e, tendo em conta a idade, o rendimento e a estrutura demográfica de Macau, etc. proceda ao reajustamento das políticas e medidas de habitação pública; pondere diversos projectos de apoio, etc., para mais grupos com necessidades prementes terem uma habitação, e para os cidadãos poderem viver felizes e trabalhar com alegria, contribuindo para a construção da sociedade de Macau.

2019-11-18 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA - A RAEM "Cidade, "Mina de Ouro" versus diária exploração dos trabalhadores"

A RAEM vai celebrar brevemente 20 anos de existência com pompa e circunstância. Nos últimos tempos, não faltam actividades para celebrar este mega evento.

Contudo é pena, que decorridos vinte anos da existência da RAEM não tenhamos regulamentado a lei sindical e a negociação colectiva permitindo que uma grande maioria dos trabalhadores sejam objecto de exploração laboral.

No próximo ano, os trabalhadores da função vão ser actualizados nos salários porque de facto a vida em Macau está cada vez mais cara e os salários não chegam para pagar os bens essenciais.

Por isso, faço aqui um apelo directo ao Senhor Chefe de Executivo para que interceda em nome dos trabalhadores do sector do Jogo para que da mesma forma sejam actualizados os salários dos trabalhadores do sector do Jogo uma vez que se tratam de actividades económicas concessionadas pelo Governo de Macau.

Decorridos quase vinte anos após o estabelecimento da RAEM, não podemos deixar de lamentar a incapacidade e falta de coragem do Governo de apresentar propostas de leis relativas à aquisição de bens e serviços, concursos de empreitadas e construções que têm sido foco dos maiores escândalos de corrupção nos últimos tempos.

Também a ausência do Código Tributário e Concorrência Desleal têm permitido a existência de múltiplos monopólios legais e artificiais afugentando investimentos externos por violação das regras básicas da OMC da qual RAEM é membro desde inícios da década de 90.

Proferi, várias vezes, nesta Assembleia, que nos últimos vinte anos da RAEM mais vale "conhecer pessoas do que estudar" quer para arranjar um "tacho" na função pública ou conseguir vencer uma empreitada ou que os seus bens e serviços sejam adquiridos pelas entidades públicas.

Basta ver, que não é preciso estudar mas conhecer pessoas influentes para conseguir com sucesso a renovação dos contratos de concessão para exploração do serviço público de autocarros.

Há vários anos que venho denunciando neste hemiciclo que as concessionárias de autocarros não deveriam fazer serviços extras de transporte de trabalhadores de algumas concessionárias de Jogo contudo as entidades competentes fizeram sempre "ouvidos de mercador" prejudicando o erário público e os interesses directos dos cidadãos que exigem serviços de qualidade prestadas pelas respectivas concessionárias. Os autocarros continuam a ser foco principal da poluição do meio ambiente e as autoridades competentes ficam de "cócaras" perante todas estas situações.

Enfim, aguardemos serenamente pela chegada do próximo Governo. Há muita expectativa e esperança que o próximo Governo seja mais dialogante, competente e tenha a coragem de afrontar os "tubarões" que minam a sociedade e que são fruto de enorme descontentamento.

Enfim, esperar para ver.

Muito Obrigado.

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 18 de Novembro de 2019.

José Pereira Coutinho

IAOD da Deputada Leong On Kei em 18.11.2019

Recentemente, foram detectados uma fissura no pavimento do acesso à Ponte da Amizade e um desnivelamento no muro da ponte nesse local. As autoridades adoptaram, de imediato, medidas urgentes para a sua reparação. Segundo muitos cidadãos, apesar de ter sido efectuada a repavimentação com betão naquele viaduto, continuam as fissuras e o desnivelamento no muro da ponte nesse mesmo local. Apesar de os serviços competentes terem afirmado que este tipo de assentamento não é uma situação nova e que as fissuras não afectam o uso normal da ponte, a sociedade continua muito preocupada com a segurança da Ponte da Amizade, que já entrou em funcionamento há mais de 25 anos.

O fluxo de trânsito nas pontes entre Macau e a Taipa é cada vez maior, e a taxa de utilização mais elevada é a da Ponte da Amizade, em que circulam muitos veículos pesados, incluindo betoneiras e camiões, devido ao aumento das grandes obras nas Ilhas. Assim, a pressão nas faixas de rodagem desta ponte continua a aumentar. Segundo muitos condutores, estão sempre a surgir depressões de profundidade diferente na sua superfície, o que é uma ameaça para a segurança na condução e um risco para os motociclistas. Apesar de o Governo proceder à reparação depois de ser informado, segundo muitos cidadãos, passado algum tempo, surgem outra vez depressões, problemas de qualidade que são preocupantes. Mais, a queda, nos últimos meses, do betão no suporte do pilar de um acesso da Ponte da Amizade, e as frequentes imperfeições nas faixas da Ponte de Sai Van têm sido alvo de críticas da sociedade. A fim de manter a estrutura e a segurança das pontes foi introduzido em 2017 o sistema de “Monitorização e inspecção permanente da segurança da estrutura” nas pontes da Amizade e de Sai Van, monitorizando 24 horas por dia a estrutura das pontes, mas a sociedade questiona se o referido sistema desempenha ou não um papel eficaz. Para enfrentar o peso diário a que as pontes estão sujeitas, a Administração deve reforçar a monitorização e a manutenção diária, fiscalizando rigorosamente a qualidade do asfalto e testando a capacidade de carga das pontes e, ao mesmo tempo, aumentar a fiscalização da situação das pontes e otimizar o ambiente rodoviário. Os serviços competentes devem rever os trabalhos de fiscalização da qualidade das pontes após a conclusão das obras, para manter e elevar a segurança. Ao mesmo tempo, com vista a dissipar as dúvidas dos cidadãos quanto aos potenciais riscos de segurança nas pontes, a Administração deve proceder a uma vistoria e avaliação mais pormenorizadas, para os cidadãos poderem ficar descansados.

Mais, a capacidade das pontes está a atingir o seu ponto de saturação. Face ao aumento do tráfego entre Macau e a Taipa, e às necessidades do futuro desenvolvimento social, o Governo deve, quanto antes, aperfeiçoar o planeamento do trânsito entre Macau e a Taipa. De acordo com o balanço dos trabalhos para 2019, divulgado recentemente pelo Chefe do Executivo, a adjudicação da empreitada da 4.^a ligação entre Macau e a Taipa está concluída e as obras estão em curso; quanto à 5.^a ligação, está concluída a 1.^a fase da

(Tradução)

avaliação do impacto ambiental. A construção da 4.^a ligação foi proposta em 2005, e os cidadãos aguardam há muito tempo pela sua conclusão, portanto, esperam que as autoridades competentes acelerem os trabalhos, com vista a aliviar, o mais rápido possível, a pressão das pontes.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 18.11.2019

Prestar atenção às medidas que facilitam as deslocações em veículos de pessoas que entrem no País temporariamente e deixar “morrer” o acordo de equivalência cega do reconhecimento das cartas de condução

Nos últimos anos, o Governo tem afirmado que o acordo para o reconhecimento das cartas de condução está em fase procedimental e que facilita a integração dos residentes de Macau na Grande Baía. Porém, como a RAEM é pequena e tem muitos veículos e engarrafamentos, o risco de acidentes é demasiado elevado se os não residentes conduzirem sem carta de condução local e sem estarem familiarizados com o ambiente. Solicitei várias vezes ao Governo para assumir a sua posição, pública e claramente, e exigir firmemente que não se adote um modelo de equivalência cega, mas uma política de complementaridade de vantagens na cooperação regional, reconhecida pelo Governo Central. O público recorreu a várias acções sociais para mostrar as suas dúvidas sobre essa equivalência cega, portanto, o Governo ainda não assinou o acordo. Porém, na resposta a uma interpelação minha, os Serviços para os Assuntos de Tráfego afirmam que continua a auscultação aos diversos sectores sociais, que o acordo ainda está na fase de diálogo, e que não há novidades. Em Setembro, o Ministério da Segurança Pública do Conselho de Estado anunciou várias medidas que facilitam as deslocações em veículos de pessoas que entrem no País temporariamente, para atrair os estrangeiros a viajar, residir, trabalhar e criar negócios no Interior da China. Tais medidas já responderam, em certa medida, às necessidades dos residentes de Macau, ou seja, conduzir no Interior da China, por isso, a equivalência cega do reconhecimento das cartas de condução deixa de fazer sentido, devendo o mesmo ser atempadamente suspenso.

Reitero então o seguinte: o Governo deve, em nome da RAEM, tomar a iniciativa de esclarecer o Governo Central e as cidades da Grande Baía sobre a sua obediência à política de complementaridade de vantagens da cooperação regional, reconhecida pelo Governo Central. Assim, permite-se que os titulares de licenças de condução de Macau, que são em número reduzido, obtenham qualificação, segundo as medidas de entrada temporária de veículos adoptadas pelo Ministério da Segurança Pública (MSP), para conduzir no Interior da China, dando-se uma explicação sobre as limitações de Macau, enquanto cidade pequena com muitos veículos e congestionamentos, devendo o Governo concentrar-se na optimização dos transportes públicos e das instalações pedonais, em prol dos turistas.

O Governo deve prestar atenção às referidas medidas do MSP do Conselho de Estado e recolher as opiniões dos residentes de Macau, com vista a avaliar se tais medidas correspondem às necessidades de condução no Interior da China por parte dos residentes de Macau, ou se existe espaço de optimização. Caso haja necessidade de melhoria, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego deve, rapidamente, recolher as opiniões da população e comunicar com

os serviços competentes do Interior da China.

Entretanto, o Governo deve esclarecer a população, mostrando a sua posição clara, e exigir firmemente que no acordo não se adopte um modelo de equivalência cega, mas uma política de complementaridade de vantagens da cooperação regional, reconhecida pelo Governo Central, e pôr fim a este acordo.

IAOD do Deputado Chan Wa Keong em 18.11.2019

Transformar efectivamente as vantagens de “Um País, Dois Sistemas” em capacidade governativa

Durante a IV Sessão Plenária do Comité Central do Partido Comunista Chinês (PCC), o Presidente Xi Jinping salientou que “Um País, Dois Sistemas é um regime importante para o povo chinês alcançar, sob a liderança do PCC, a reunificação pacífica da Pátria, e uma causa pioneira do socialismo com características chinesas”. Ao longo dos 20 anos desde o retorno de Macau à Pátria, têm-se conseguido êxitos notáveis: a estabilidade e a harmonia social, a prosperidade e o desenvolvimento económico, o saldo positivo das contas públicas, a melhoria do bem-estar da população, e a diversidade e a integração cultural. Os factos evidenciam que “Um País, Dois Sistemas” é o melhor regime com forte vitalidade, plena viabilidade e exequibilidade, e popularidade! As suas vantagens institucionais são visíveis, mas a vitalidade depende da execução.

Temos de estudar profundamente o espírito da IV Sessão Plenária, transformando efectivamente as vantagens de “Um País, Dois Sistemas” em capacidade governativa. Há que nos mantermos fiéis à aspiração inicial e ultrapassar as dificuldades, para garantir a continuidade e o desenvolvimento dessa política, e a prosperidade e estabilidade duradoura da sociedade de Macau.

Assim, tenho as seguintes cinco sugestões, para continuar a reforçar a capacidade nos seguintes domínios: 1. compreensão e aplicação plena e correcta de “Um País, Dois Sistemas”, “Macau governada pelas suas gentes”, “alto grau de autonomia”; 2. aproveitar as oportunidades na integração de Macau no desenvolvimento nacional e na Grande Baía, promovendo a diversificação adequada da economia; 3. garantir o bem-estar da população, e satisfazer as necessidades e as aspirações dos residentes na procura de uma vida melhor; 4. consciência de governar nos termos da lei, resolvendo os problemas, e prevenir os riscos; e 5. continuação do valor nuclear de amar a Pátria e Macau.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 18.11.2019

Abertura das reuniões das comissões, para que todos tenham o direito de saber o que cada um diz

“A luz do sol é o melhor desinfectante”, mas até agora, as comissões da Assembleia Legislativa continuam a funcionar à porta fechada, o brilho do sol continua a não conseguir entrar em cada uma das etapas do processo de produção legislativa e fiscalização, e, durante os 20 anos da RAEM, não há excepção para mais de mil reuniões das comissões que tiveram implicações com o interesse da população. Obviamente, o previsto no artigo 93.º do Regimento - isto é, as reuniões das comissões decorrem de forma pública se houver deliberação em contrário – é como se fosse inexistente, o que contraria o princípio legal da publicidade dos trabalhos e dos actos da AL.

Sendo o único órgão legislativo legal e o órgão de representação da população com um elevado estatuto político, a AL goza do poder de definir, em nome do povo, regras sociais. O pensador francês do iluminismo, Montesquieu, deu uma definição autoritária sobre o poder legislativo: este é um poder relevante exercido pelo povo, através do órgão que o representa, e deve reflectir plenamente a vontade livre de cada um dos cidadãos, os quais podem efectuar, mediante o poder legislativo, uma boa auto governação. No entanto, é possível que haver abusos e desvios de poder, e muitas vezes, o poder público não tem consciência de que deve ser restringido, por isso, a fiscalização e o controlo eficazes do poder são extremamente importantes.

Durante o processo de modernização acelerada, e com vista a responder às solicitações crescentes de participação pública da população, aumentar a qualidade e o nível da produção legislativa, e promover a produção de legislação mais estável, mais prospectiva e com maior reconhecimento já se tornaram numa missão importante para nós. Para que os legisladores e os processos legislativos estejam sujeitos às restrições impostas pela sociedade, assegurando a plena legalidade e legitimidade das leis produzidas, é condição indispensável “legislar de forma transparente”, caso contrário, os cidadãos não conseguem participar no processo legislativo, nem fiscalizar, a qualquer momento, a apreciação das propostas de lei, nem sequer detectar e corrigir atempadamente conteúdos inadequados, o que resultará em mais factores desfavoráveis à estabilidade social.

Há quem diga que se legisla à porta fechada porque as pessoas de fora não conhecem a lei e não têm conhecimentos suficientes para perceber o articulado das propostas de lei. Se as comissões forem abertas, a população vai ficar confusa e emitir muitas opiniões erradas, o que pode reduzir a eficiência e afectar a qualidade legislativa. Como legisladores, não podemos, ingenuamente, pensar, que sabemos tudo e que somos mais sábios do que os outros, devemos antes ter

sempre humildade perante a sabedoria da sociedade, porque fora da Assembleia, há pessoas mais profissionais e mais inteligentes. E se estas estiverem dispostas a participar activamente na produção legislativa e a expressar as suas opiniões, o processo será de progresso conjunto entre o Parlamento e a sociedade.

Há ainda quem diga que a vantagem de “legislar à porta fechada” é que os Deputados e os membros do Governo podem pronunciar-se livremente. No entanto, precisamos de pensar se este “pronunciar-se livremente” vai contribuir para elevar a eficácia e a qualidade legislativa. Será que vai? É preciso lembrar que todas as pessoas têm de assumir responsabilidades pelas suas opiniões públicas, nomeadamente os titulares de cargos públicos. Os Deputados gozam de imunidade em relação às suas declarações na Assembleia, mas isto não significa que não tenham de assumir consequências políticas.¹

A desvantagem é que o público não consegue dominar a discussão sobre assuntos que lhe dizem directamente respeito, e o público e o aplicador da lei perdem boas oportunidades para aprender sobre o Estado de Direito. Quando surgiram conflitos sociais após a entrada em vigor duma lei, houve até Deputados que acusaram, publicamente, os membros do Governo de os terem enganado nas reuniões de comissão, e mesmo com o parecer e as conclusões do presidente da comissão, foi impossível restaurar o então cenário da iniciativa legislativa. Em 2016, a Assembleia Legislativa utilizou enormes recursos humanos e materiais, foram precisos mais de seis meses para ouvir as 43 gravações das reuniões sobre a nova Lei de terras, por isso, só depois deste grande esforço é que se conseguiu perceber a intenção legislativa. Este é precisamente um caso típico de problemas devido a “legislar à porta fechada”.

Perante a actual situação de “legislar à porta fechada”, só posso fazer o meu melhor para registar e divulgar as informações. Houve um Deputado que criticou o seguinte: “a citação não corresponde, de forma total, objectiva e fiel, à atitude e ao conteúdo apresentado por cada um dos Deputados, portanto, vale a pena questionar se esta citação é parcial”. A minha resposta modelo é a seguinte: se todos, nesta sala, querem que o conteúdo das reuniões seja apresentado, de forma completa e precisa, vamos então apoiar uma “assembleia transparente”!

Agora, os presidentes das comissões, alguns minutos após a conclusão da reunião à porta fechada, limitam-se a fazer um balanço aos média sobre o conteúdo discutido durante duas horas. Isto é difícil para qualquer pessoa. Caso o público esteja insatisfeito com o conteúdo da reunião, vai erradamente protestar contra o presidente da comissão, que é apenas o responsável pelo balanço. Neste tipo de balanço só se transmite e cita o que se passou na reunião, o que é sempre

¹ As pessoas que se opõem a “legislar e fiscalizar sob a luz do sol” têm inúmeros argumentos que podem ser facilmente contestados, por exemplo, a falta de espaço nas salas de reuniões para a imprensa e o público, o aumento das despesas da Assembleia e da carga de trabalho dos órgãos de comunicação social, a falta de interesse nas transmissões em directo, por isso, não vale a pena referir aqui todos esses aspectos.

diferente de ouvir o que se diz no momento e no local da reunião, portanto, pode haver diferenças nas informações passadas pela Assembleia para a sociedade, por isso é que, há dias, um serviço público emitiu uma nota de imprensa para esclarecimento das informações prestadas no balanço após a reunião duma comissão.

Nesta situação, também se pode dizer o mesmo: “vale a pena questionar se isto é parcial”, mesmo que não haja maldade alguma. Pode afirmar-se que se as comissões continuarem a não querer a presença dos média e do público, apenas através do registo dos deputados e do balanço feito pelos presidentes após as reuniões, pode não se conseguir reflectir fielmente o que se passou, nem sequer transmitir as palavras usadas e as atitudes de cada um dos oradores.

A AL deve, quanto antes, abandonar esta tradição de transmitir e citar após as reuniões à “porta fechada”, para que todos tenham o direito de saber tudo o que cada um diz.

IAOD do Deputado Au Kam San em 18.11.2019

A oferta de habitação económica é escassa, o Governo tem terrenos, mas utiliza-os como se “espremesse pasta de dentes”

O Governo tem como missão fundamental assegurar o bem-estar da população, mas, durante o mandato do Sr. Chui, os residentes dificilmente conseguiram viver em tranquilidade e trabalhar em paz.

Quanto a viver em tranquilidade, se houvesse um boletim de notas, a política de habitação pública do actual Governo teria uma negativa. O mais criticado é o incumprimento da promessa de construir 28 mil fracções de habitação pública na zona A dos novos aterros. Segundo as explicações do Sr. Chui, o projecto da Zona A foi adiado por causa dos obstáculos nas obras dos aterros. Há sempre um limite para os atrasos e, se o projecto não podia ficar concluído, devia, pelo menos, ter tido início. Os aterros da zona A já estão concluídos há muito tempo, mas o projecto ainda não avançou, porque os serviços competentes têm trabalhado lentamente e realizado várias consultas, e só agora é que começam a fazer o planeamento, mas só de alguns dos terrenos. Dizem que estão a trabalhar seriamente, mas eu não acredito nisso, mesmo com uma pistola apontada. O terreno sito na Avenida Wai Long já foi reavido há muito tempo e confirmou-se que iam construir ali 6500 fracções de habitação económica, mas, afinal, esse projecto, para além de ainda não ter começado, não está incluído no novo concurso para habitação económica. Esta é uma intenção de adiamento, e não uma questão de eficiência.

A população já espera há muito tempo pelo novo concurso para habitação económica. Fernando Chui prometeu, há dois anos, que durante o seu mandato, ia abrir um, mas este arrastou-se e só foi iniciado quando faltavam 20 dias para acabar o mandato. No ano passado, foi anunciada a oferta de 4 mil fracções, mas agora o Gabinete do Porta-voz do Governo veio esclarecer que as fracções disponíveis tinham passado de 4 mil para apenas 3011, uma redução drástica de um quarto! A referida promessa de Fernando Chui foi, em certa medida, cumprida, mas o número de fracções disponíveis diminuiu bastante, de 4 mil para 3 mil, o que é um enorme “desconto” na sua promessa. Isto demonstra que o Governo actua sem ter em conta a vida da população, nem a sua opinião ou descontentamento. Na Zona A dos novos aterros está prevista a construção de 28 mil habitações públicas, das quais, mesmo após um “desconto”, pelo menos 20 mil devem destinar-se a habitação económica (pois as 8 mil habitações sociais, mais aquelas em construção nos 3 estaleiros já chegam para os próximos 5 anos). A isto acrescentam-se as 6500 fracções da Avenida Wai Long, havendo, no total, 26 mil fracções de habitação económica. Mas mesmo as 4 mil fracções já prometidas também tiveram um quarto de redução. Esta forma de construir habitação económica a “conta-gotas” é mesmo ridícula!

Neste momento, o governo está quase a chegar ao termo, portanto, não vale a pena ralhar nem ter esperança neste governo. O que podemos fazer é depositar esperança no próximo, que chega daqui a um mês e tal. Solicito ao Senhor Ho Iat Seng que exclua a intervenção e as influências dos grupos de interesses do círculo restrito, que assuma o princípio de “servir melhor a população” na questão da habitação económica, e que pague as “dívidas de habitação pública” contraídas pelo Governo nos últimos 20 anos. A solução é muito simples: primeiro, manter a posição assumida na candidatura ao cargo de Chefe do Executivo, construindo, quanto antes, as 28 mil fracções públicas na zona A dos novos aterros; segundo, neste concurso de habitação económica, com 3011 fracções, integram-se todas as 17 mil fracções económicas planeadas para a Zona A dos novos aterros. A Lei da Habitação Económica vigente prevê que os candidatos só podem ser admitidos após a conclusão dos projectos de habitação, mas não prevê que não possam ser “aditadas fracções” a meio do concurso. Esta solução permite uma maior oferta de habitação económica para satisfazer as necessidades sociais e reduz a pressão de trabalho do Instituto de Habitação (IH). Vamos imaginar o seguinte: como não há lista de espera, se as 20 mil fracções económicas forem distribuídas cinco vezes, isto significa que os mesmos trabalhos de admissão, sorteio e apreciação têm de ser realizados cinco vezes. Assim, os cidadãos e o pessoal do IH ficam cansados e este último atrasa o seu trabalho, o que faz com que um concurso de habitação económica demore 6 a 7 anos (o concurso das 1544 fracções de tipologia T1 do Edifício Ip Heng, de Maio de 2013, só terminou ontem e demorou 6 anos e 5 meses), e as candidaturas se arrastem por muito tempo. Quem vai ser afectada, por fim, é a população, que está à espera de uma habitação económica.

O tempo de espera para se candidatarem a habitação económica é uma eternidade (já se passaram seis anos desde o último concurso para as diferentes tipologias) e, se cada vez que se abre uma candidatura apenas se disponibilizam 3000 fracções, como se estivessem a espremer uma pasta de dentes, será necessário abrir 6 candidaturas para as 20 e tal mil fracções, e, se cada candidatura necessitar de 6 anos, a última fracção a atribuir será daqui a 36 anos. As pessoas até ficam loucas!

Neste momento, vão ser postas a concurso 3 mil fracções. Depois, quando se terminar o planeamento, as restantes 17 mil, e ainda as 6500 habitações económicas a disponibilizar, na Avenida Wai Long, serão integradas nesta candidatura, logo, os agregados familiares nucleares, os não nucleares, os candidatos individuais, os idosos e os portadores de deficiência, desde que preencham os requisitos de candidatura, devem poder candidatar-se a uma habitação económica, e assim todos ficarão muito contentes.

O plano de habitação económica, criado na época da administração portuguesa, era uma política favorável à aquisição de habitação por parte dos residentes. Como era uma política favorável, esperamos que o Governo da RAEM

aplique também esta política para ser aplaudido, em vez de criticar o que foi feito no passado.

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 18.11.2019

Aumento dos factores incertos, da pressão de decréscimo e do investimento para impulsionar a construção de “Um Centro”

O Chefe do Executivo apresentou, na semana passada, na Assembleia Legislativa, o balanço das acções governativas de 2019 e dos últimos dez anos. Em termos estatísticos, com as bases sólidas alicerçadas pelos 1.º e 2.º Governos, e graças ao forte apoio do Governo Central, a economia de Macau tem vindo a evoluir ao longo do 3.º e do 4.º mandato do Governo, atingindo um novo patamar após dez anos de desenvolvimento, com o aumento do bem-estar da população e com o grande sucesso que está à vista de todos, demonstrando ao mundo a implementação bem-sucedida do princípio “um país, dois sistemas”, com características de Macau. Nos últimos 20 anos, tem-se estabelecido uma base sólida para a economia, com a acumulação duma reserva financeira relativamente abundante, o que não só assegurou a capacidade de pagamento das finanças públicas, como ainda proporcionou um forte suporte e garantia para o desenvolvimento sustentável dos sectores económico, financeiro e social de Macau.

Na semana passada, a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC) anunciou que a economia de Macau se contraiu 4,5%, em termos reais, no terceiro trimestre de 2019, tendo-se registado um crescimento negativo trimestral consecutivo (mais recente: O crescimento económico dos dois primeiros trimestres de 2019 foi revisto para baixo, para -3,8% e -2,2%, respectivamente). Nos primeiros três trimestres, a economia de Macau contraiu-se 3,5%, em termos reais. Teoricamente, a economia de Macau já entrou em recessão, mas devido à sua estrutura económica especial, à sua pequena dimensão e à sua grande volatilidade, o nível da contracção económica nos primeiros três trimestres não é muito elevado. Apesar das dificuldades enfrentadas pelas micro, pequenas e médias empresas, a economia em geral é relativamente estável, especialmente no que diz respeito ao mercado de emprego. Por isso, por enquanto, não se pode julgar que a economia de Macau entrou em fase de recessão. O que merece o nosso aplauso é que, face à complexidade e ao aumento contínuo de incertezas, para apoiar as pequenas e médias empresas a enfrentar a desaceleração económica e aliviar a pressão de exploração, a Direcção dos Serviços de Economia (DSE) implementou atempadamente as “medidas de reajustamento do reembolso nos diversos planos de apoio”, tendo reduzido o valor da última prestação de apoio não reembolsado para 1000 patacas e apoiado as PME a fazer face às eventuais dificuldades financeiras resultantes da recessão económica verificada nos últimos tempos.

Ao longo dos 20 anos que se seguiram ao retorno à Pátria, a “economia de Macau” conseguiu, passo a passo, encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável adequado, e foram definidos vários posicionamentos e rumos, tais como, construção de “um centro”, “uma plataforma” e uma base, para impulsionar o desenvolvimento diversificado da economia, aumentar as energias

do desenvolvimento económico e o reforço da capacidade para enfrentar os riscos, tudo isto para garantir o desenvolvimento sustentável e a longo prazo da economia. Esses rumos e posicionamentos são fruto do consenso entre o Governo Central e a sociedade de Macau, e são também tarefas importantes do Governo da RAEM. Face ao aumento dos factores externos de incerteza e à desaceleração da economia, sugiro ao Governo que aumente o investimento público, e até que pondere recorrer à reserva financeira para o efeito, acelere a exploração e o aproveitamento dos 85 km² de área marítima, acelere os investimentos e a construção de instalações de turismo e de lazer nas zonas costeiras, aumente os elementos turísticos, reforce a capacidade de acolhimento de turistas e acelere a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer.